

A LÍNGUA DE SINAIS ALEMÃ (DGS) NO ENSINO SUPERIOR NA ALEMANHA: A HISTÓRIA, OS DESAFIOS E A REALIDADE

The German Sign Language (DGS) in Higher Education
in Germany: History, challenges and reality

Liona Paulus⁴⁵

RESUMO

O artigo apresenta uma breve história e desenvolvimento dos conceitos de surdez, de comunidade surda e de Língua de Sinais Alemã (em alemão, *Deutsche Gebärdensprache* - DGS) na sociedade e no ensino superior da Alemanha. Apresenta a estrutura dos cursos de Educação Especial para Surdos, de Tradutor-intérprete de Língua de Sinais (TILS), de Pedagogia de Língua de Sinais e Estudos Surdos em universidades e institutos federais, que acontecem de forma distinta se comparados ao sistema brasileiro. Para ensinar DGS e pesquisar/discutir sobre a perspectiva surda, é absolutamente necessário ter professores

ABSTRACT

The article demonstrates a brief history and development of the concept of deafness, deaf community and German Sign Language (German: *Deutsche Gebärdensprache* - DGS) in society and higher education in Germany. And the facilities of Deaf Education, Sign Language Interpreting, Sign Language Pedagogy and Deaf Studies in universities and federal institutes were and are going differently, comparing with the Brazilian system. Also to teach DGS and research / discuss about the deaf perspective it is absolutely necessary to have deaf teachers trained,

⁴⁵ Georg-August-University of Göttingen (Alemanha). Contato: liona.paulus@phil.uni-goettingen.de

surdos formados, porém existem poucos. Para entender o motivo desse fato, esse artigo ilustra as reais trajetórias de acessibilidade do aluno e professor/docente surdos no sistema educacional e acadêmico ligadas à tradição oralista naquele país.

but there are only a few. For the question, why this fact happened, this article illustrates the real accessibility trajectories of the deaf student and deaf teacher in the educational system and finally academic, linked to the oral tradition in that country.

PALAVRAS-CHAVE

Comunidade surda alemã, Língua de Sinais Alemã – DGS, interpretação e tradução, professores surdos, ensino superior alemão.

KEYWORDS

German Deaf Community, German Sign Language - DGS, interpretation and translation, deaf teachers, German higher education

Introdução

No Brasil, desde o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em 24 de Abril 2002, reconhecida pela Lei Nº 10.436 regulamentada pelo Decreto Nº 5.626 de 2005, ocorreram muitas mudanças no campo do Ensino Superior. Por exemplo, três anos após a aprovação da Língua Brasileira de Sinais ocorreu a instalação do curso de Letras-Libras pela UFSC, em Florianópolis/SC, na modalidade de educação à distância (EaD) e a veloz divulgação deste curso nas outras universidades e nos institutos federais brasileiros. Este fato provocou um grande impacto na comunidade surda brasileira: um significativo aumento de surdos acadêmicos e a valorização da Libras na sociedade e na justiça brasileira (QUADROS, PEREIRA & ZEN 2008, p.52-54; PAULUS & REICHERT, 2016, p.32-34).

Comparando com a Alemanha, um país europeu e rico, essas questões se desenvolvem diferentemente. A Língua de Sinais Alemã, chamada DGS (em alemão, *Deutsche Gebärdensprache*), foi reconhecida pela Lei somente uma semana depois da aprovação no Brasil, em 1 de Maio 2002. A legislação se encontra no Código Social IX, um código dos Direitos das Pessoas com Deficiência em geral, a "Lei de Igualdade das Pessoas Deficientes" (em alemão, *Behindertengleichstellungsgesetz*). Os direitos de comunicação dos surdos são regulamentados nela, tais quais o uso de DGS e intérpretes no âmbito

público (por exemplo, na saúde, justiça, mercado de trabalho etc.). Apesar deste reconhecimento da DGS, as mudanças no Ensino Superior ocorrem passo a passo, de maneira mais lenta do que no Brasil.

Neste artigo, eu gostaria de dar uma visão geral sobre a história da comunidade surda alemã e a sua língua, a DGS. Apresentarei brevemente o desenvolvimento acadêmico da DGS, os desafios e as consequências na comunidade surda da Alemanha, citando minha experiência e a dos meus colegas acadêmicos surdos. Vou colocar sempre as traduções dos termos em alemão para facilitar a pesquisa pelas referências ou pela internet.

1. A geração da comunidade surda e a DGS na Alemanha

O famoso professor e iniciador do oralismo Samuel Heinicke criou, em 1778, a primeira escola pública para surdos em Leipzig. Lá se ensinava principalmente a língua falada e escrita, menos sinalizada. Com a fundação da Samuel-Heinicke-Escola de Leipzig, abriu-se pela primeira vez um espaço onde se encontraram um grande número de crianças e adolescentes surdos (antes, a maioria vivia isoladamente nos interiores em famílias ouvintes e ficavam "mudos", pois não possuíam acesso à língua de sinais). Esses jovens geraram uma língua de sinais fora da aula e passaram esta língua para a próxima geração de surdos (ZESHAN, 2013a). Poucos anos depois, estabeleceram-se mais escolas para surdos em toda Alemanha, sendo que até 1900 haviam 91 escolas especiais (LEONHARDT, 2010, p.238). Por isso, existe uma grande variação de dialetos na DGS. Por isso, a DGS, no período aproximado de 200 anos de existência, possui grande variedade de dialetos. O professor e reitor daquela escola para surdos em Leipzig, Karl Gottlob Reich (ouvinte, mas preferiu o método combinado nas aulas) criou, em 1834, talvez a primeira descrição de 400 sinais num livro, o qual tornou-se popular entre os professores da educação especial (VOGEL, 1999, p.22).

Na escola de Leipzig, um amplo número de surdos foi ensinado a oralizar, mas Heinicke percebeu que alguns alunos surdos, os quais tinham uma leve perda de audição, eram mais bem-sucedidos na fala e, por esse motivo, gerou turmas especiais para estimulá-los em particular. Este passo foi o início da separação do ensino para deficientes auditivos (ou surdos leves/moderatos) (VOGEL, 1999, p.13) e para surdos profundos.

Antes do congresso de Milão, a comunidade surda era bem próspera. A primeira Associação de Surdos foi criada em 1848, pelo funcionário imperi-

al surdo Eduard Fürstenberg em Berlim, e, juntamente à revista periódica *Der Taubstummfreund* (em português, "O amigo do surdo-mudo"). E, nas escolas especiais –as quais tradicionalmente ofereciam grande oportunidade de emprego aos surdos– havia muitos professores e auxiliares surdos (VOGEL, 1999, p.15). Depois do fatídico congresso de Milão em 1880, os funcionários surdos destas escolas foram demitidos e a DGS foi oficialmente proibida. Nos anos seguintes, a comunidade surda recolheu-se e tentou sobreviver às escondidas nas associações.

Entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, a Alemanha era politicamente insegura e a comunidade surda teve que lutar para sobreviver. Para isso, realizou um filme de propaganda sobre si: *Verkannte Menschen*, em 1932 (em português, "Pessoas mal conhecidas"). É o registro mais antigo que documenta a DGS e, talvez, o primeiro também. Na época do nacional-socialismo, sob comando de Adolf Hitler (1933-1945), os surdos viveram um dilema: de um lado, eles eram aceitos porque respondiam à ótica "normal", às vezes ligada à Lei de Raça ariana (ideologia de raça nórdica dos nazistas: loiro, alto e com olhos azuis, raça pura) e podiam ser empregados; mas, por outro lado, os surdos não eram aceitos, pois os seus genes seriam defeituosos e, vistos pela mesma lei (*Lex Zwickau*), eram deficientes e teriam de ser eliminados geneticamente. Por volta de 5.000 homens e mulheres surdos foram esterilizados (VOGEL, 2016) em decorrência desse pensamento. Além disso, na educação dos surdos, o oralismo era mais duro, os métodos de ensino da fala eram mais brutais (uma borracha na boca para treinar a fonema /r/, por exemplo) e os castigos para alunos surdos pelo uso de DGS eram muito graves e até mesmo violentos, aplicados pelos professores nazistas ouvintes.

Entre os anos de 1945 e 1975, a comunidade surda continuou quieta e escondida (MALLY, 1993). A sociedade alemã em geral teve que reconstruir o país e, por isso, não deu muita atenção aos surdos. Com as viagens de surdos para a Gallaudet University e, em geral, para os EUA, uma consciência pelos seus direitos humanos e linguísticos iniciou, processo que também ocorreu em outros países europeus. Na mesma época, em 1975, começou-se a ensinar nos primeiros cursos particulares de Língua de Sinais. Na verdade, eram cursos de Comunicação Total, como era moda na educação especial. Os alunos eram, principalmente, pais de crianças surdas. Em 1982 o linguista e pesquisador Dr. Siegmund Prillwitz, da Universidade de Hamburgo, abriu as primeiras pesquisas sobre a DGS. Em função do sucesso e reconhecimento dessas pesquisas, percebeu-se que a comunidade surda estava cada vez mais forte. Em meados de 1980, os surdos alemães perceberam o valor da sua lín-

gua de sinais e deram, pela influência americana, o nome de DGS (a abreviatura com apenas três letras: ASL, BSL, LSF e outros). E em 2002, após tantas lutas da comunidade surda e de familiares e amigos, a DGS foi reconhecida pela lei como está mencionado na introdução.

2. Breve história do ensino superior em relação à surdez e DGS

Agora vou desenhar um esboço da história do Ensino Superior em relação à Comunidade Surda/Surdez e DGS na Alemanha. Os cursos mais tradicionais e mais antigos são de Pedagogia para Surdos (em alemão, *Gehörlosenpädagogik*) e de Pedagogia para Deficientes Auditivos (em alemão, *Schwerhörigenpädagogik*). Esses cursos começaram já no fim do século XVII, mas se chamavam Pedagogia Especial (em alemão, *Sonderpädagogik*, um curso sintético sobre todas deficiências). Depois da Segunda Guerra Mundial, o curso foi modificado e especializou-se na área de surdez (BOGNER, 2007, p.125).

Ainda hoje é possível encontrar esses cursos nas Universidades de Berlim, Colônia, Hamburgo, Heidelberg e Munique. As maiores diferenças desses dois cursos tradicionais se encontram no currículo: na pedagogia de surdos, é idealmente obrigatório ter proficiência em DGS ou participar de disciplinas de DGS e Estudos Surdos durante os estudos (mas a realidade é que são raramente oferecidos e muito menos obrigatórios); já no currículo de Pedagogia para Deficientes Auditivos, há disciplinas sobre a tecnologia dos aparelhos auditivos e implante cochlear (IC) e tecnologias para a aula. A Alemanha é um país altamente tecnológico, com empresas de tecnologia para surdos, tais como Siemens, Phonak e Humantechnik, e com disciplinas de Fonoaudiologia e Comunicação Total (em alemão, *Lautsprachbegleitendes Gebärden*, LBG). Porém, os cursos são bem parecidos, mesmo com o foco no oralismo. A maioria dos estudantes são ouvintes, raramente CODAs e, em número ainda mais reduzido, são surdos.

Ao longo dos anos, alguns dos estudantes já tinham um nível alto de proficiência em DGS, de maneira que eles se tornaram "intérpretes" e perceberam que o papel de um professor especializado não era suficiente para esta "profissão". A comunidade surda tinha começado a lutar pelos seus direitos humanos e linguísticos influenciada pela luta dos surdos nos EUA, como o movimento *Deaf President Now*, na Gallaudet University em 1988 (em português, "Um Presidente Surdo Agora"). Na mesma época, em 1987, o Dr.

Siegmund Prillwitz instalou e liderou, até 2008, o Instituto de Língua de Sinais Alemã (em alemão, *Institut für Deutsche Gebärdensprache*, IDGS) na Universidade de Hamburgo. Após um planejamento de longo tempo, o curso de Interpretação e Tradução de Língua de Sinais (em alemão, *Gebärdensprachdolmetschen*) foi criado, no outono de 1993, no instituto IDGS em Hamburgo. Naquele momento, a DGS chegou, pela primeira vez e oficialmente, ao nível acadêmico/superior.

Em 1998, na Faculdade de Magdeburg-Stendhal foi aberto outro curso para formação de Intérpretes. Existem, atualmente, mais universidades onde se estuda formação de TILS: Faculdade de Zwickau (desde 2000), Humboldt-Universidade de Berlim (desde 2003), Fresenius-Faculdade de Idstein/Frankfurt am Main (desde 2011) e, recentemente, Faculdade de Landshut (desde 2015) e em breve na Universidade de Colônia em outubro 2017.

Quase paralelamente, instalou-se, em 1992, o curso de Linguística das Línguas de Sinais (em alemão, *Gebärdensprachlinguistik*) no IDGS em Hamburgo. O diretor, de 2008 até março de 2017, era o professor titular surdo Prof. Dr. Christian Rathmann.

Duas universidades têm grupos de pesquisa sobre DGS: com o foco em linguística geral e neuropsicolinguística de Língua de Sinais, a Universidade de Göttingen (fundado em 2009); e, com o foco na interface de língua de sinais e gestos, neurolinguística, tecnologia e didática, temos o grupo de SignGes no Instituto Técnico Superior de Renania-Vestfália (o RWTH, em alemão, *Rheinisch-Westfälische Technische Hochschule*), em Aachen (formado em 2013).

Ultimamente, a tradição do oralismo na Alemanha tem perdido o poder devido ao crescimento das pesquisas linguísticas sobre a aquisição de Língua de Sinais como L1, tais quais as pesquisas de Petitto (2000), Lillo Martin (1999), Newport & Meier (1985). Por conta desta "moda científica", é agora possível estudar e pesquisar na área de Pedagogia de Língua de Sinais (em alemão, *Gebärdensprachpädagogik*) e Deaf Studies (em português, "Estudos Surdos") na Humboldt-Universidade de Berlim desde meados de 2000 (GÜNTHER, 2007, p.130-132).

Paradoxalmente, ocorreu um grande aumento de crianças e adultos surdos implantados com o IC nos últimos 25 anos, o foco na educação da fala continua. Melhor dizendo, o oralismo ainda existe, mas se abriu uma porta para o bilinguismo. Também há outro paradoxo na realidade hoje: nas escolas especiais, a DGS está sendo usada aos poucos e as crianças surdas não têm

acesso completo a ela. Contudo, os ouvintes podem estudar DGS e utilizá-la sem limitações, tal como os adultos surdos.

Os cursos apresentados aqui foram pensados, principalmente, para alunos ouvintes que normalmente não têm dificuldades com o acesso ao Ensino Superior. Um grande número dos alunos surdos da Alemanha encontram barreiras bem conhecidas neste âmbito, por falta de acessibilidade no sistema educacional: formação numa escola especial, falta de intérprete, dificuldades da aquisição de linguagem e socialização etc.. Para esse grupo de surdos que não possui formação no nível acadêmico, foram estabelecidos dois cursos no IDGS em Hamburgo: um curso de intérprete/tradutor surdo (desde 2009) e um curso de capacitação de DGS (desde janeiro de 2016). Os desafios dos alunos e professores surdos no campo acadêmico estarão descritos na próxima sessão.

3. Desafios e Realidade

Para todos os cursos que tem a DGS no seu currículo e na sua pesquisa, é clara a necessidade de ter professores surdos/professores de L1 que ensinem a DGS para futuros professores/docentes, intérpretes, funcionários do serviço social e outras profissões. E, para o desenvolvimento das pesquisas, é absolutamente obrigatório ter colaboradores surdos avaliando e verificando dados e filmes de língua de sinais e contribuindo com uma perspectiva surda. No entanto, na realidade, não há muitos surdos adequados para os trabalhos no ensino superior. Para este fato existem várias razões que serão explicadas a seguir.

3.1 Acesso dos surdos no Ensino Superior

Uma pesquisa de 2006 constatou que, naquele mesmo ano, havia 1,7 milhão de estudantes matriculados nas universidades da Alemanha. Desse total, somente 0,76% eram estudantes com perda auditiva em geral (cerca de 13.000)⁴⁶ e apenas 100 surdos sinalizantes de DGS (DREYER, 2016).

Uma causa pode ser encontrada na educação especial para surdos na Alemanha. Existem apenas duas escolas para surdos que oferecem uma formação do ensino médio para entrar na universidade, que se encontram em Essen

⁴⁶BEST BERUFS- UND STUDIENBEGLEITENDE BERATUNG FÜR HÖRGESCHÄDIGTE. Zur Situation hörgeschädigter Studenten. In: BEST News. 2010. Disponível em [http://www.best-news.de/?situation] Acesso 3 Junho 2016.

e Stegen (próximo a Freiburg), com um internato. Contudo, a proposta pedagógica daquelas escolas é o oralismo, temperado com um pouco de Comunicação Total e ausente de educação bilíngue. Existem três escolas regulares que oferecem uma turma integrada para deficientes auditivos e surdos no ensino médio: em Munique, Hamburgo e Berlim. Nessas escolas, ensina-se só com a língua falada e com o apoio de tecnologia. No sistema do ensino médio alemão, cada aluno é obrigado a estudar, no mínimo, duas línguas estrangeiras: obrigatoriamente inglês e opcionalmente francês e/ou latim. Essas línguas são ensinadas oralmente em todas as escolas mencionadas acima. Como o surdo consegue entendê-las? Evidentemente não as entende e necessita aulas de reforço. Pela minha experiência numa escola desse tipo em Munique, posso afirmar que um grande número de usuários surdos de DGS consegue, com grandes dificuldades (como eu), formar-se lá, mas alguns reprovam. Os números de surdos universitários é muito baixo.

Se um surdo tem formação no ensino médio, apesar das dificuldades, as próximas barreiras estarão nas universidades. Na Alemanha, nenhuma universidade é adequada para surdos como a Gallaudet University, nos EUA. Para os seus estudos, o surdo tem que pedir intérpretes pelo governo, direito intérpretes assegurado pelo Código Social IX (referido na Introdução). Mas o processo do pedido, ou melhor dizendo, a burocracia do pedido, é uma grande barreira. É necessário redigir o pedido em nível formal de língua e jargão jurídico, além de anexar muitos documentos (tais como atestado do médico, de professores, papéis de suas finanças, entre outros). Os trâmites demoram e o processo é muito fatigante. Às vezes, os surdos desistem de pedir e, conseqüentemente, desistem de estudar. Há um outro fato injusto: o Código Social IX disponibiliza verba para TILS apenas para alunos surdos de baixa renda. Se um surdo tiver uma renda alta (heranças, seguro de vida, casa/apartamento própria/o, grandes poupanças) não recebe financiamento do governo. Se ele quisesse um TILS, teria que vender e gastar tudo antes. Assim ele poderia desistir do curso, pois os custos de interpretação são altos e as universidades não dispõem de intérpretes, como é comum no Brasil.

Se um surdo conseguiu receber o financiamento de intérpretes pelo governo, as próximas barreiras serão encontradas durante os estudos. O estudante surdo pode participar das aulas com intérpretes, e numa aula de mais 60 minutos é necessário ter dois intérpretes. Contudo, em toda Alemanha existem apenas entre 550 a 600 intérpretes para 80.000 surdos. Sendo assim, um intérprete atende entre 140 a 150 surdos. É uma imensa carência no país (RUPPERT, 2015). Muitas vezes não é possível usar intérpretes em todas as

aulas e, fora delas, o surdo não tem apoio de intérprete para traduzir/revisar trabalhos acadêmicos (como monografias, TCC e dissertações) e tarefas de casa. Em vários cursos o estudante não tem colegas surdos para discutir, refletir e criar um vocabulário acadêmico e técnico do seu curso em DGS.

Em cada passo de sua formação, da graduação à pós-graduação, o surdo será confrontado com barreiras. No entanto, são barreiras que podem diminuir com o apoio de família, amigos, e, principalmente, pelo apoio dos centros de orientação para surdos ou das associações de estudantes com deficiência. Em geral, entrar no mundo acadêmico é possível. Agora é mais palpável pelo Código Social IX de 2002, no qual a acessibilidade tornou-se um direito para surdos. É possível dizer que ocorreram boas, mas tímidas mudanças desde 2002. Atualmente muitos surdos graduados ou mestres são professores nas escolas especiais, trabalham em setores de informática, são assistentes sociais, engenheiros, arquitetos, médicos etc.

3.2 Desafios de um professor surdo no Ensino Superior

Para trabalhar numa universidade na área da educação especial, tradução/intepretação ou linguística, é absolutamente necessário ser graduado, inclusive para os surdos. Por falta de mais pesquisas e entrevistas sobre este assunto, vou apresentar um pouco da minha experiência e a dos meus colegas surdos.

Normalmente, um mestre recebe um emprego científico por tempo limitado (de 2 até o máximo de 6 anos), no mesmo lugar que vai estudar o doutorado. No doutorado, é obrigatório ensinar paralelamente disciplinas de sua área de pesquisa. Aqui já se encontram as próximas barreiras do doutorando surdo na rotina acadêmica. Devido à falta de intérpretes (de línguas-fontes/alvos: DGS-alemão, e DGS-ínglês), é difícil organizar intérpretes suficientes para as aulas (tanto para ministrar como para assistir) e ainda ter a revisão de seus artigos, pôsteres, tese e outros trabalhos acadêmicos feita. Como disse na sessão 3.1., um estudante de doutorado tem que pedir financiamento para o governo para todos casos de interpretação e tradução. Mas, neste caso, a sua própria renda não importa, pois este surdo já está no mercado de trabalho e ali os direitos linguísticos estão definidos diferentemente; por esse motivo, ele recebe o financiamento. Entretanto, muitas conferências e workshops interessantes ficam sem intérpretes ou o surdo tem que levar os seus próprios intérpretes (raramente se encontram intérpretes fluentes em inglês e DGS para eventos internacionais). Nem sequer falamos sobre os custos de viagens e

acomodação para eles. Tudo impede a profissionalização acadêmica do doutorando surdo e ele pode perder a competição no âmbito acadêmico. Para evitar isso, seria ideal contratar um ou dois intérpretes próprios da universidade.⁴⁷

Em todas universidades mencionadas há cursos de DGS e a maioria de doutorandos e funcionários surdos ensinam a língua, porque são academicamente graduados (às vezes as universidades têm que contratar instrutores de DGS sem graduação, pois existe carência de graduados). Mas, na verdade, vários acadêmicos surdos não foram ensinados ou estudaram sobre a DGS, a sua linguística, a didática, a aprendizagem L1/M1 de criança surda e de L2/M2 adultos. Isso se justifica devido à formação desses docentes serem em áreas não relacionadas ao ensino de línguas de sinais.

Uma solução para eles é atualizar seus conhecimentos profissionais através de oficinas e seminários, participação em congressos e conferências sobre este assunto e, por fim, refletir, trocar experiências e dúvidas com outros colegas. A minoria surda graduada tem pouquíssimos ou até mesmo nenhum colega surdo para refletir e trocar vivências sobre os problemas e ocorrências imprevistas na disciplina/no curso de DGS, encontrados na sua universidade. Especialmente, há aspectos éticos que parecem nunca ter sido discutidos e o seu desenvolvimento profissional estaria parado. Para piorar o quadro, se o docente ficar doente, ou precisar faltar por outro motivo (férias ou questões familiares, por exemplo), quase nunca há alguém para substituí-lo no curso, especialmente nas provas. Este fato coloca o único docente de DGS sob uma pressão grande, isto é, sob estresse. Também há casos de universidades que possuem acadêmicos e funcionários surdos cuja organização interna não os coloca em contato, sendo que cada um trabalha por si mesmo; bem como ainda não existem encontros de professores no ensino superior na Alemanha.

Estes desafios estão ligados ao contexto da profissionalização do acadêmico surdo. Agora vem outros desafios em relação aos cursos de DGS. Existem alguns desafios para o ensino da DGS tanto nas universidades, quanto em nas escolas e cursos privados.

O primeiro desafio é a falta de livros e materiais didáticos para o ensino de DGS (RANDOW 2016, p. 118), tanto para escolas de surdos e cursos privados como para o ensino superior. Há dois livros: *Grundkurs DGS Stufe I*

⁴⁷A maioria dos intérpretes da Alemanha prefere trabalhar como *freelancer*, pois os salários deste tipo de trabalho são muito mais altos do que os de um intérprete contratado. E, ao mesmo tempo, um intérprete contratado pode diminuir o número de intérpretes disponíveis para a comunidade surda.

e *Grundkurs DGS Stufe II* (em português, "Curso de DGS Nível I" e "Curso de DGS Nível II", veja fig. 1).

Esses livros foram produzidos durante um projeto de pesquisa realizado entre os anos 2000 e 2007, atualizados em 2011, do IDGS em Hamburgo. Ambos foram, oficialmente, os primeiros materiais didáticos para aprender e estudar DGS. Foram produzidos predominantemente para adultos de L2/M2 (possuem muitos textos e explicações, mas poucas imagens e desenhos, o que não os torna adequados para crianças surdas). As ideias didáticas e estruturais desses livros vieram de *Signing Naturally*, um curso de ASL dos Estados Unidos (BEECKEN et al., 2000, p. 9). Vários professores surdos gostariam de adaptar o nível de seu curso ao nível e ao tipo de aprendizagem de seus participantes, pois é diferente ensinar alunos jovens e participantes idosos; diante disso, os professores criam seus próprios materiais ou copiam de outros professores de DGS (RANDOW, 2016, p. 118). Existem, no mercado, poucos livros para escolher. Essa ausência de objetos didáticos é, supõe-se, decorrente da falta de pesquisas sobre a didática e metodologia de ensino adequadas para aprendizes de DGS, seja de forma de L2 ou L1, seja ouvinte ou surdo, seja jovem, adulto ou idoso. Sabe-se que a aprendizagem de L1 e L2 na modalidade visual-manual são diferentes, e nas aprendizagens de L2 há uma infinidade de diferenças entre os aprendizes (RANDOW, 2016, p. 122). Não existem pesquisas sobre a didática de DGS, o que dificulta a preparação de aulas, não apenas para DGS, mas também para outras línguas de sinais.

Por falta de um lugar fixo e permanente de capacitação de DGS (como o curso de Letras-Libras no Brasil) e pelo fato que a DGS e outras línguas de sinais estão naturalmente sem escrita (há apenas uma proposta de escrever a DGS, a HamNoSys (em alemão, *Hamburger Notationssystem*), há poucos professores de DGS que sabem escrever e ensinar a escrever a sua própria língua de sinais. Atualmente os alunos descrevem os sinais da DGS com letras maiúsculas, em *glosas* - e todas glosas/lexemas são emprestadas da língua falada/escrita do alemão. No entanto, os alunos ouvintes devem separar a língua falada da língua sinalizada, mas não conseguem ficar independentes de textos da língua fonte (RANDOW, 2016, p. 121). É importante salientar que as glosas nunca demonstram uma tradução de 1:1 para a outra língua, apenas os conteúdos delas. Uma solução para esse "problema" é usar HamNoSys ou talvez SignWriting, como é utilizado para o registro escrito da Libras no Brasil.



Fig. 1. - Os dois livros de DGS, Nível 1 e 2, com um exemplo duma unidade de aula (do livro DGS Nível 2, p. 39). Fonte: Signum Verlag (editora), <http://www.signum-verlag.de>

Um outro desafio dos cursos de Interpretação e Tradução de Língua de Sinais (TILS) tem a ver com os critérios para avaliação da proficiência. Cada estudante tem que ser aprovado uma prova de proficiência de DGS. Mas como o professor surdo pode avaliar a proficiência desse aluno? Ou como aquele estudante pode saber qual é a sua própria proficiência? Como ele sabe que deve aprender ou praticar mais para chegar ao nível certo do curso de TILS? Por muitos anos esse fato era um desafio para os estudantes e para os avaliadores dos cursos. Há pouco tempo (em 2016), foi desenvolvido o Quadro Europeu Comum de Referência para Língua Alemã de Sinais (em alemão, *Gemeinsamer europäischer Referenzrahmen für Deutsche Gebärdensprache*, GeR-DGS).⁴⁸ O objetivo do GeRS-DGS é apresentar uma visão geral sobre a proficiência de uma língua estrangeira e categorizar o conhecimento do aluno nela: Nível A – Falante Básico, Nível B – Falante independente e Nível C – Falante avançado. Cada nível tem mais duas subcategorias de A1 e A2 (Iniciante e Básico), B1 e B2 (Intermediário e Usuário independente), C1 e C2 (Proficiência operativa eficaz e Domínio pleno). Para cursar a formação de TILS é exigido ter a proficiência, no mínimo, de B2. Sabendo disso, o professor surdo e o aluno podem trabalhar para chegar à sua meta. O professor/docente tem agora um instrumento para criar materiais adequados para as suas aulas de DGS e, junto com os outros professores, desenvolver

⁴⁸<https://www.idgs.uni-hamburg.de/forschung/forschungsprojekte/ger-dgs.html>. (Acesso 8 Junho 2016). Esse quadro é criado pela influência da diversidade linguística da União Europeia (a qual possui 24 línguas oficiais) e agora há um adaptado para a Língua de Sinais.

novos livros, especialmente para o ensino superior. O quadro serve de guia, também, para os professores das escolas que ensinam a DGS às crianças surdas.

O último desafio é a arquitetura e a iluminação/equipamento das salas de aula. Em quase toda sala de aula o professor de DGS usa o projetor multimídia, mas quase sempre a instalação é mal feita e a luz do projetor cai diretamente nos olhos do professor e, ou ele não consegue ver os alunos ou, fica quase cego. As salas de aula são, às vezes, mal construídas, pequenas ou retangulares demais, de modo que o professor não pode trocar de lugar e sair da direção da luz do projetor. Muitas vezes a iluminação é mal planejada também, ou escuro demais ou claro demais ou não tem persianas para ocultar o sol. Tudo parece contribuir para atrapalhar e diminuir a qualidade da aula. Numa aula de DGS é recomendado também que os alunos se sentem num semicírculo para ver as produções dos colegas e para o professor vê-los. Em muitas salas nas universidades, as mesas e cadeiras estão fixadas em filas e é impossível mudá-las, o que prejudica a atmosfera familiar e cultural do curso de DGS ou de outras línguas de sinais. Dá para perceber que as universidades alemãs não conhecem a cultura surda e, portanto, não disponibilizam um espaço cultural para funcionários/professores surdos e alunos de DGS.

Conclusão

Comparando com o sistema de ensino superior da língua de sinais no Brasil, a Alemanha tem alguns obstáculos semelhantes e outros diferentes. Uma grande diferença é a perspectiva de seu próprio governo e sua sociedade sobre a comunidade surda. Na Alemanha, como já é percebido pelo nome da Lei de Igualdade de Pessoa Deficiente, a sociedade surda é vista como um grupo de deficientes. O governo teria a ocupação de cuidar dela, ajudá-la e estimulá-la, para tornar-se independente/autônoma. Isto é, providenciar a tecnologia para ouvir (pois é o modo mais simples para adaptar-se à comunidade ouvinte alemã) e a educação inclusiva (nas escolas regulares com intérpretes ou com equipamento de alta tecnologia) ou com intérpretes nos assuntos públicos. A DGS é mais vista como um recurso de comunicação, menos como uma língua. No papel é reconhecida como língua, mas, na realidade, não é assim.

As universidades com alunos surdos ou professores/funcionários surdos em toda Alemanha já tinham organizado e implementado cursos de educação especial e DGS muitos anos antes do reconhecimento da língua pela lei

em 2002. Por isso, a mudança da perspectiva demora. No Brasil, ocorreu um grande impacto no ensino superior depois do reconhecimento da Libras em 2005. Outrossim, a perspectiva do governo e sociedade brasileiros é outra: a sociedade surda é compreendida como uma minoria linguística e os seus direitos linguísticos devem ser respeitados. A valorização e preservação da Libras, significa: formação de professores e intérpretes de Libras no nível acadêmico para distribuí-la, consolidá-la e dar-lhe um lugar/espço importante na sociedade brasileira. São usadas outras estratégias, diferente daquelas da Alemanha.

O maior desafio comum nas universidades, tanto no Brasil como na Alemanha, parece ser o de espaços não adequados para o ensino de LS, a ausência de um espaço adequado para o surdo. Os edifícios e a iluminação no campus estão construídos a partir de uma arquitetura comum, por exemplo, pela perspectiva dos ouvintes. A sala de aula é montada como um anfiteatro e a própria iluminação não é pensada para surdos. Para ensinar uma língua de sinais, o ideal é o semicírculo de mesas e uma luz agradável, além, claro, de luzes intermitentes para serem utilizadas pelo sistema de alarme. Ainda é importante ter espaços abertos no campus, apropriados à modalidade visual-manual, como por exemplo janelas nas portas e muros mais baixos.

Com certeza há outros desafios comuns, mas eles não são tão importantes para mencioná-los aqui. Para finalizar, serão discutidas as principais diferenças entre a Alemanha e o Brasil: a acessibilidade da pessoa surda nas universidades, a formação de docentes/professores surdos de L1 e os materiais didáticos. Na Alemanha, um surdo tem que preparar seus estudos por si mesmo, a acessibilidade via intérpretes depende de financiamento do governo que envolve uma complexa burocracia. No Brasil, uma universidade que recebe um aluno surdo tem um departamento/curso de Libras ou contrata um ou mais intérpretes para o aluno.

É muito difícil tornar-se professor de DGS na Alemanha, pois há apenas um curso de licenciatura de DGS (em Berlin), o que também ocorre no Brasil com Letras-Libras. São poucos os alunos surdos nos cursos de Licenciatura de DGS, pois a maioria dos alunos é oriunda do sistema educacional alemão oralista. Na educação de surdos brasileira, o uso da Libras ou da Comunicação Total é mais presente e, por isso, o número de alunos possíveis para a universidade é maior: 0,94% em 2002 a ~6% em 2005 (QUADROS, 2015, p.13), do que o da Alemanha: 0,76% em 2006. É perceptível, portanto, que o aumento do número de alunos surdos proporciona, também, o aumen-

to do número de professores de LS e a consolidação da sua LS na sociedade do seu país.

Outrossim, na Alemanha, é visível a falta de pesquisas sobre didática de LS e sobre a aprendizagem de L2/M2, especialmente na área de ensino superior. Toma-se como exemplo o curso de Letras-Libras da UFSC em Florianópolis, no qual foram produzidos pelos professores vários materiais como DVDs, filmes, tarefas no AVEA, (o Ambiente Visual de Ensino e Aprendizagem, uma plataforma multimedial para professores e alunos na internet) utilizando a modalidade de LS, mais visual (QUADROS et al. 2008, p. 39). Este tipo de produção é praticamente inexistente no ensino superior alemão. O professor de DGS surdo tem que desenvolver seus próprios materiais.

A temática deste estudo não pretende desvalorizar o ensino de DGS na Alemanha, mas sim mostrar a realidade. Graças ao reconhecimento da DGS pela lei em 2002 e à ratificação da Convenção das Pessoas com Deficiência da ONU pelo governo da Alemanha em 2009, a situação dos surdos está começando a melhorar. Com o direito de acessibilidade nas universidades, ingressaram mais alunos surdos e, até mesmo, mais doutorandos surdos. Atualmente são praticamente 15 surdos e deficientes auditivos doutores e entre 4 a 6 doutorandos surdos no país. Apesar do acesso difícil ao ensino superior, há cada vez mais funcionários e professores surdos. E, para os professores que não têm formação em relação a DGS e surdos que não conseguem ingressar para estudar numa universidade, a Associação Nacional de Instrutores e Docentes de DGS (em alemão, *Bundesverband der Dozenten für Gebärdensprache.V*, www.bdg-gebaerdensprache.de) e a Universidade de Hamburg oferecem cursos complementares para eles e, dessa forma, é possível aumentar o seu conhecimento, melhorar a sua profissionalização e ampliar o intercâmbio de experiências e didáticas.

REFERÊNCIAS

BEECKEN, A; KELLER, J; PRILLWITZ, S.; ZIENERT, H. *Grundkurs Deutsche Gebärdensprache Stufe 1*. Seedorf/Hamburg: Signum Verlag, 2000.

BEST BERUFS- UND STUDIENBEGLEITENDE BERATUNG FÜR HÖRGESCHÄDIGTE. Zur Situation hörgeschädigter Studenten. In: BEST News. 2010. Disponível em [<http://www.best-news.de/?situation>] Acesso 3 de Junho 2016.

BOGNER, B. Quo vadis, Lehrerbildung. Warum dieses Themenheft? *HörgeschädigtenPädagogik*. Aachen, n. 4, p. 125, 2007.

DREYER, S. Studieren mit Handicap. Vorlesungen in Gebärdensprache. In: BILDUNGSEXPERTEN NETZWERK. 2016. Disponível em [<http://www.bildungsexperten.net/bildungschannels/studium/vorlesung-in-gebaerdensprache>] Acesso 3 de Junho 2016.

GÜNTHER, K.B. "Gebärdensprachpädagogik" und "Gehörlosen- und Schwerhörigenpädagogik" zur "Hörgeschädigtenpädagogik" vereint. *HörgeschädigtenPädagogik*. Aachen, n. 4, p. 130-132, 2007.

LEONHARDT, A. Einführung in die Hörgeschädigtenpädagogik. 3. ed. Munique/ Basileia: UTB, 2010.

MALLY, G. Der lange Weg zum Selbstbewußtsein Gehörloser in Deutschland. In: FISCHER, R; LANE, H. (Eds): Blick zurück. Ein Reader zur Geschichte von Gehörlosengemeinschaften und ihren Gebärdensprachen. Internationale Arbeiten zur Gebärdensprache und Kommunikation Gehörloser, vol. 24. Hamburgo: Signum Verlag, 1993, p. 211-238.

PAULUS, L. & REICHERT, A. Der rasante Wandel am Zuckerhut. Deutsche Gehörlosenzzeitung, St. Georgen, n. 3, p. 32-34, 2016.

RANDOW, S. von. Sprachlernerfahrungen erwachsener hörender L2-/M2-Lerner_innen bezüglich Constructed Action in Deutscher Gebärdensprache. Teil I: Ausgangslage und Methode. In: Das Zeichen. No. 102, 2016, p. 116-127.

QUADROS, R.M. de. Letras Libras. Ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.

QUADROS, R. M. de; ZEN, R. C. & PEREIRA, A. T. C. Inclusão de Surdos no Ensino Superior por meio do uso da tecnologia. In: Müller, Ronice de Quadros (eds). Estudos Surdos III. Série Pesquisas. 2008. Petrópolis: Arara Azul, p. 30-55.

VOGEL, H. Gebärdensprache und Lautsprache in der deutschen Taubstumm-pädagogik im 19. Jahrhundert. Historische Darstellung der kombinierten Methode. 1999. Dissertação de Mestrado. Universidade de Hamburgo, Hamburgo.

VOGEL, H. Sterilisation und Euthanasie. In: GOLDSCHMIDT, S. (ed). Taubwissen. Hamburg: Universidade de Hamburg. 2016. Disponível em [<http://www.taubwissen.de/content/index.php/geschichte/geoerlose-in-der-zeit-des-nationalsozialismus/sterilisation-und-euthanasie/591-nazisterilisationeuthanasie>] Acesso em 1 de Jun 2016.

ZESHAN, U. Sign Languages. In: DRYER, M. S. & HASPELMATH, M. (eds.) The World Atlas of Language Structures Online. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. 2013a. Disponível em [<http://wals.info/chapter/s9>] Acesso em 11 de Nov 2014.

INSTITUT FÜR DEUTSCHE GEBÄRDENSPRACHE. Geschichte über das Institut. In: UNIVERSITÄT HAMBURG. Hamburg. 2015. Disponível em [<https://www.idgs.uni-hamburg.de/ueber-das-institut/geschichte.html>] Acesso em 3 de Junho 2016.

INSTITUT FÜR DEUTSCHE GEBÄRDENSPRACHE. Gemeinsamer europäischer Referenzrah-

men für Deutsche Gebärdensprache. In: UNIVERSITÄT HAMBURG. Hamburg. 2014. Disponível em [<https://www.idgs.uni-hamburg.de/forschung/forschungsprojekte/ger-dgs.html>] Acesso em 8 de Junho 2016.

Studienfach Gebärdensprachdolmetschen. Sehen statt Hören. Direção: Holger Ruppert. Emissão 17 de Outubro 2015. Munique: Bayerischer Rundfunk (Canal baváro de televisão). Disponível em [<http://www.br.de/mediathek/video/sendungen/sehen-statt-hoeren/wochenmagazin-fuer-hoergeschaedigte-142.html>] Acesso em 7 de Junho 2016.

